

Pedido de utilização não agrícola de solos da RAN – campos de golfe

(Alínea i) do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 199/2015, de 16 de setembro)

Identificação do requerente:			
Nome/ Desig. Social:*			
Endereço:*			
Código Postal:*	-	Localidade:*	
NIF/NIPC:*	E-mail:**	Tel.:*	
Na qualidade de: Proprietário <input type="checkbox"/> Projetista <input type="checkbox"/> Outro <input type="checkbox"/> *** Qual:*			

Identificação do campo de golfe:	
Designação:*	
N.º de buracos:*	Área total do campo de golfe:*
Rua/Lugar:*	Localidade:*
Freguesia:*	Concelho:*

*campos obrigatórios

**este campo obrigatório é essencial na comunicação e celeridade processual do Turismo de Portugal, I.P., sendo remetidos para este endereço eletrónico todas as comunicações

***caso esteja a agir em nome de outrem, deverá comprovar a respetiva legitimidade

Requer a emissão de parecer, com vista à instrução de pedido de utilização não agrícola em solos da RAN para instalação de um campo de golfe (alínea i) do n.º 1 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 199/2015, de 16 de setembro), juntando para o efeito os seguintes elementos instrutórios em formato digital:

I - Elementos gerais necessários à instrução do processo constantes no sítio da Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (não exaustivos), e fundamentais também para a apreciação pelo Turismo de Portugal, I.P.:

- ☐ 1. **Memória descritiva e justificativa** que demonstre, nomeadamente, satisfazer o n.º 1 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 199/2015, de 16 de setembro, em conjugação com a Portaria n.º 162/2011, de 18 de abril, que determinam que a pretensão deve cumprir os seguintes requisitos:
- ☐ 1.1. Estar prevista e regulamentada em plano municipal ou intermunicipal de ordenamento do território;
 - ☐ 1.2. Seja adaptada às condições topográficas do terreno, não devendo implicar volumes significativos de movimentação de terras;
 - ☐ 1.3. As construções de apoio não poderão ocupar áreas integradas na RAN, exceto se forem de carácter amovível e quando devidamente justificada a sua necessidade;
 - ☐ 1.4. Inexistência de alternativas fora da RAN;
- ☐ 2. **Certidão de teor, atualizada, da conservatória do registo predial** com as descrições e todas as inscrições em vigor;
- ☐ 3. **Extrato da carta militar** à escala 1:25 000 com a localização do prédio devidamente assinalada;
- ☐ 4. **Extrato da planta de condicionantes do PDM** com a localização do prédio e respetiva legenda;
- ☐ 5. **Cartografia ou ortofotomapa** à escala 1:5 000 ou escala maior, 1:2 000 ou a adequada à dimensão ou rigor necessário, com planta de pormenor do pretendido. Considerando a aposta na digitalização prosseguida pelo Turismo de Portugal, I.P., esta peça desenhada deverá ser enviada em base digital editável no formato *dwg*.

II - Elementos específicos para instrução do processo, fundamentais para a análise da pretensão, do ponto de vista do turismo:

- ☐ **1. A memória descritiva e justificativa** deve ser completada com:
- ☐ 1.1. Descrição do projeto, identificando as características genéricas do campo de golfe (dimensão, número de buracos, etc.) e dos serviços e construções associados (*club house*, academia de golfe, etc.);
 - ☐ 1.2. Identificação da área total do terreno objeto da pretensão, das áreas totais de impermeabilização, construção e implantação, e da área de RAN a utilizar;
 - ☐ 1.3. Justificação do contributo do projeto para o desenvolvimento do setor do turismo no município/região, incluindo o alinhamento com a estratégia do setor ('Estratégia para o Turismo 2027')*, bem como com outros documentos estratégicos (ex: Planos Regionais de Ordenamento do Território);
 - ☐ 1.4. Referência ao investimento previsto e ao número de postos de trabalho a criar;
 - ☐ 1.5. Identificação do segmento de mercado que se pretende cativar;
 - ☐ 1.6. Referência à adoção de requisitos de eficiência ambiental, nomeadamente: instalação coerente com os aspetos mais significativos da paisagem (relevo, morfologia natural, rede hidrográfica, etc.); integração e enquadramento paisagístico, com a preservação das espécies locais e de eventuais espécies botânicas classificadas, e com a conservação das associações vegetais características da região; garantia de disponibilidade de água, recorrendo sempre que possível à utilização de águas residuais tratadas; utilização de espécies de relva menos exigentes no consumo de água;
 - ☐ 1.7. Outra informação relevante para apreciação do pedido, tal como a existência de complementaridade funcional com alojamento turístico (existente ou a criar) ou a garantia de adequados acessos rodoviários.

* aprovada pela RCM n.º 134/2017, de 27 de setembro

(colocar **X** no que interessa)

O Requerente _____ Data: ____/____/____